

1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS
AMBIENTE E USOS DO TERRITÓRIO

A questão ambiental no rural e nas agriculturas da União Europeia

Isabel Rodrigo*

ISA

Resumo

O presente texto centra-se em torno da questão ambiental nos espaços rurais e nas agriculturas do norte e do sul da União Europeia (UE). Após uma breve introdução, onde se referem, de forma sucinta, as externalidades ambientais negativas identificadas com o modelo tecnológico e de desenvolvimento agrário adoptado pela Política Agrícola Comum, analisam-se as principais características dos processos de ambientalização dos espaços rurais e das agriculturas nas sociedades do norte e sul da Europa. Desta análise ressaltam dois aspectos. Em primeiro lugar, a importância social e política atribuída aos referidos processos é distinta nas referidas sociedades. Em segundo lugar, a explicar tais diferenças estão factores ecológicos, económicos, demográficos, político-institucionais mas também culturais, cuja compreensão exige que se ultrapassem as fronteiras do rural e do agrícola. Neste âmbito, os modelos agroambientais do norte da Europa não se ajustam nem às heranças culturais e históricas nem às realidades ecológicas e sociais dos países do sul da UE.

* Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural – Instituto Superior de Agronomia.
Universidade Técnica de Lisboa.

A questão ambiental começou por estar confinada a aspectos de natureza técnica que eram analisados no âmbito restrito das ciências naturais (física, química e, sobretudo, biologia) e da investigação tecnológica. Acontecimentos identificados com “desastres ecológicos” ocorridos nas últimas décadas, e a relevância do seu impacto na opinião pública internacional contribuíram para questionar as externalidades ambientais negativas do modelo dominante de desenvolvimento económico das sociedades ocidentais. Paralelamente, a dimensão social foi-se impondo no debate ambiental.

Na sequência das alterações enumeradas, as externalidades ambientais negativas de origem agrícola começam igualmente a ser socialmente debatidas no âmbito da questão ambiental nas zonas rurais.

Nas zonas rurais do norte e centro da União Europeia (UE) as externalidades ambientais negativas de origem agrícola são principalmente identificadas com o modelo tecnológico e de desenvolvimento agrário adoptado pela Política Agrícola Comum (PAC) que, baseando-se numa perspectiva produtivista, dissocia objectivos de desenvolvimento agrário dos de equilíbrio ambiental. As externalidades ambientais negativas do modelo da PAC manifestam-se na degradação da qualidade dos recursos biológicos¹ e dos habitats, dos recursos estéticos (paisagem e aspectos culturais) e da qualidade ambiental, aqui identificada com os recursos abióticos (água, solo e atmosfera), dos espaços rurais. Sem pretendermos ser exaustivos, ilustramos de seguida com alguns exemplos o conteúdo destas externalidades. A degradação da paisagem traduz-se, por exemplo, na sua simplificação e homogeneização em resultado de diferentes tipos de intervenção humana, relacionados com a modernização da agricultura e intensificação do processo produtivo agrícola, tais como as obras de emparcelamento de terras agrícolas, de rega e drenagem, de desflorestação ou ainda a florestação de terras com uma só espécie. Estas alterações na paisagem estão frequentemente associadas a uma redução da qualidade dos recursos biológicos e dos habitats e ainda à destruição de paisagens culturais². Por seu lado, a degradação da qualidade ambiental dos espaços rurais manifesta-se nos diferentes tipos de poluições do solo, da água e da atmosfera e ainda na acumulação

¹ Também designado na literatura por biodiversidade.

² Paisagens culturais são aqui definidas como paisagens agrícolas com elementos culturais que conferem especificidade aos espaços rurais ao mesmo tempo que os diferenciam. Os diferentes tipos de delimitação das parcelas agrícolas, como por exemplo os muros de pedra, são exemplo de elementos culturais de paisagens agrícolas.

de produtos tóxicos nas cadeias alimentares, em consequência do uso excessivo de fertilizantes inorgânicos e produtos fitofarmacêuticos.

No rural da Europa do sul, as externalidades ambientais negativas de origem agrícola acima enumeradas colocam-se com menos acuidade. O atraso temporal na adopção do modelo da PAC pelas agriculturas do sul (Portugal, Espanha e Grécia), comparativamente às do norte da UE, e a importância dos sistemas extensivos nestas agriculturas, que no conjunto destes países ocupam 60% do total da Superfície Agrícola Utilizada (Whitby: 1996: 228), explicam a moderação daquelas externalidades e ainda a sua delimitação a zonas onde a modernização e intensificação agrárias encontraram condições favoráveis para se alicerçar. De salientar, no entanto, a existência de problemas ambientais específicos das agriculturas do sul. Referimo-nos à degradação de paisagens tradicionais, aos fenómenos de despovoamento e erosão dos solos, aos incêndios florestais e à escassez de água. Estes problemas ambientais, embora relacionados com as características ecológicas e sociais dos espaços rurais da Europa do sul e com os sistemas agrários extensivos aí praticados, foram acentuados pelo modelo da PAC. Com efeito, a reduzida competitividade dos sistemas extensivos, de acordo com os parâmetros definidos pela PAC, conduziu à sua progressiva exclusão dos circuitos de mercado, agravando o êxodo agrícola e rural, sobretudo em zonas de montanha e desfavorecidas. Com o agravar deste êxodo, os fenómenos de erosão dos solos e o risco dos incêndios florestais ganharam dimensão acrescida, bem como a destruição de habitats e a redução da diversidade de recursos biológicos.

O presente texto tem por finalidade situar o estado actual da questão ambiental nos espaços rurais e nas agriculturas do norte e sul da UE. Pretendemos evidenciar que a importância atribuída a esta questão é distinta nestas sociedades. A explicar estas diferenças estão factores ecológicos, económicos, demográficos, político-institucionais mas também culturais, cuja compreensão exige que se ultrapassem as fronteiras do rural e do agrícola. Enquanto nas sociedades do norte a questão ambiental nos espaços rurais emergiu articulada a uma tradição cultural, enraizada na história económica, política e social destas sociedades e que valoriza os espaços rurais nas suas componentes natural e estética, nos países do sul esta questão só recentemente se começou a colocar, em larga medida, devido à obrigatoriedade de adopção de regulamentos comunitários, nomeadamente as Medidas Agro Ambientais (Reg. (CEE) 2078/92).

O conteúdo do texto está estruturado do seguinte modo. Na primeira parte são apresentados os factores mais relevantes que marcaram as trajectórias, social e política, do processo de ambientalização no rural e nas agriculturas do norte da Europa. De seguida centramo-nos nas realidades da Europa do sul, concretamente Portugal, Espanha e Grécia, procurando apresentar os principais factores que explicam a ainda reduzida consciencialização social e política da questão ambiental nos espaços rurais.

A questão ambiental no rural da Europa do norte

Na maioria dos países do norte da UE é possível identificar dois momentos temporais no debate social e político em torno das externalidades ambientais negativas do modelo de desenvolvimento agrário da PAC. Um primeiro momento coincide com a introdução de princípios e critérios ambientais nas políticas de gestão e de ordenamento dos espaços rurais. Posteriormente são adoptados critérios ambientais na regulação do exercício da actividade agrícola. Cada um destes momentos tem associadas preocupações e objectivos diferenciados que passamos a descrever.

A degradação dos recursos naturais e estéticos do espaço rural

O debate social em torno da questão ambiental nos territórios rurais emerge nos finais dos anos 60, para se consolidar na década seguinte. No cerne do debate estava a degradação de patrimónios naturais (habitats e recursos biológicos) e estéticos rurais, que era identificada com o progressivo abandono de práticas agrícolas tradicionais e a sua substituição por técnicas intensivas.

Vários factores ajudam a explicar o emergir da questão ambiental nos espaços rurais nas sociedades do norte da Europa. Entre estes factores salientamos o debate académico sobre as transformações de paisagens culturais rurais da Europa Ocidental, o alargar das bases sociais de apoio do movimento conservacionista e, sobretudo, o aumento da procura social dos espaços rurais, associado a novos padrões de consumo e a uma tradição cultural. Com o aumento desta procura, proporcionado pela melhoria das condições de vida da população urbana em consequência do crescimento económico registado nas economias do norte da Europa

na década de 60, a residência em meio rural e as actividades recreativas e de lazer ao ar livre praticadas no espaço rural são socialmente identificadas com uma melhoria da qualidade de vida e, deste modo, revalorizadas.

É neste contexto de mudança social, marcado por novos estilos de vida e de consumo, que na maioria dos países do norte da Europa, por pressão da opinião pública e de grupos conservacionistas, a protecção da natureza e dos recursos estéticos dos espaços rurais se constituem em objectivos de políticas sectoriais relacionadas com a gestão destes espaços. Nesta primeira etapa da questão ambiental no rural, designada por alguns autores por “ambientalização do meio rural” (Moyano & Paniagua: 1998), são de referir países que desde a década de 50 vinham já adoptando critérios ambientais na gestão do espaço rural como, por exemplo, a Holanda e o Reino Unido.

De notar que na maioria dos países do norte da Europa onde aqueles critérios foram adoptados, os patrimónios naturais e estéticos dos espaços rurais são identificadas com valores sociais a preservar, como ilustram os casos da Holanda e do Reino Unido que de seguida apresentamos, de forma sucinta. Estes dois casos são representativos de uma tradição cultural que valoriza o rural não só como espaço de produção mas também de consumo, e contrastam, como se verá, com o caso francês. Apesar da visibilidade das externalidades ambientais negativas dos processos de modernização e intensificação da agricultura francesa, iniciados com a constituição da PAC, quer a procura social do rural quer as medidas adoptadas em França com vista à regulação ambiental da actividade agrícola não registam nem a expressão nem as características que apresentam na Holanda e no Reino Unido. O significado social e político atribuído pela sociedade francesa à questão ambiental no rural é indissociável de uma matriz cultural agrária que associa estes espaços a uma função produtiva.

A representação social do rural ancorada na natureza e na paisagem, que Hoggart *et al.* (1995: 100) designam por tradição rural “naturalista”, remonta na Holanda aos finais do século XIX com o Movimento para a Protecção da Natureza³. Este movimento, constituído por uma elite urbana, surge na defesa do rural identificado com espaço de lazer e de beleza estética por oposição à agitação do mundo urbano e industrial (Frows: 1997)⁴.

³ Para além da Holanda, Hoggart *et al.* (1995) referem a importância desta tradição no Reino Unido e Alemanha.

⁴ A descrição do caso holandês baseia-se, essencialmente, nesta fonte bibliográfica.

Em 1905, na sequência de um projecto de destruição de um pântano localizado nas proximidades de Amesterdão, surge a primeira associação com objectivos de preservação da natureza e das espécies ameaçadas (Associação para a Preservação dos Monumentos Naturais). Posteriormente, nos anos 20-30, estes objectivos são alargados à defesa das paisagens semi-naturais e culturais. No final da II Guerra a protecção da paisagem e da natureza são definidas como objectivos da política nacional holandesa, e os poderes públicos empenham-se na reconstituição do património natural e semi-natural. Mais recentemente, nas décadas de 70 e 80, visando a conservação da qualidade ambiental dos espaços rurais, a dimensão ecológica é identificada como objectivo de política.

Na sociedade britânica o rural é identificado com natureza, beleza estética e, sobretudo, com paisagem. Identificado mais como um espaço de consumo que de produção, o rural possui para a sociedade britânica "um sentido simbólico e ideológico que por vezes ultrapassa a realidade" (Buller: 1997: 136).

A valorização do rural enquanto espaço natural emerge nos finais do século XVIII com o estudo da fauna e da flora, e leva à constituição de um movimento científico visando a classificação e a protecção da natureza. Por seu lado, a valorização paisagística do rural tem origem na organização da propriedade fundiária dos séculos XVIII e XIX que, ao atribuir à agricultura e aos proprietários fundiários um sentido das responsabilidades colectivas no que refere ao meio natural e às comunidades rurais, favoreceu a adopção de políticas de protecção dos campos pelo sector agrícola. No final do século XIX, com o declínio dos grandes proprietários fundiários e o aumento da procura urbana dos espaços rurais, constitui-se um movimento social que defendia maior liberdade de acesso e fruição destes espaços por parte da população urbana e a sua maior protecção da expansão urbanística. A preservação do meio rural traduzia, então, preocupações sociais e políticas com a ocupação do solo, com a paisagem e com o livre acesso aos campos.

No período entre as duas guerras estas preocupações são reafirmadas e a partir dos anos 50, com o apoio do movimento conservacionista, surgem no país as primeiras políticas nacionais e locais orientadas para a protecção paisagística dos espaços rurais. Mais recentemente, na década de 80, estas políticas passam a incluir o objectivo de protecção da qualidade ambiental destes espaços. A inclusão deste objectivo nas políticas nacionais e locais inscreve-se ainda no sistema de valores que a sociedade britânica atribui ao rural. Com efeito neste sistema, apesar de ser reconhecida à agricultura uma função importante na ocupação e gestão dos territórios rurais, o exercício da actividade agrícola é subordinado a dois tipos de restrições: não

afectar a qualidade das paisagens rurais e não condicionar o seu acesso e fruição à população urbana e rural não agrícola. Com a modernização e intensificação da agricultura britânica o cumprimento destas restrições começa a ser desrespeitado. Por um lado, a modernização da agricultura foi conduzindo à homogeneização das paisagens, por outro, a intensificação agrícola criava entraves acrescidos ao seu acesso e fruição. A regulação ambiental que, na década de 80, começa a ser incorporada nas políticas nacionais e locais de regulação do exercício da actividade agrícola é, em larga medida, também justificada e legitimada pelo não cumprimento das duas restrições enumeradas (Lowe: 1983; Scutt & Bonnett: 1996; Winter: 1996; Ward:2000).

Na sociedade francesa o rural é identificado com um espaço de produção. A relevância da dimensão produtiva na representação simbólica do rural radica na importância da questão agrícola na história económica, social e política francesa, e está associada ao papel desempenhado pelas correntes ideológicas agrárias que se constituíram em França a partir, sobretudo, da segunda metade do séc. XIX (Jollivet: 1997).

Ao ser socialmente valorizado como espaço de produção, o rural é identificado pelos franceses com campos férteis, bem dimensionados e que proporcionam boas colheitas facilitadas pelo progresso tecnológico. Deste modo, os valores estéticos associados ao rural são os valores camponeses, onde a beleza é o traço ainda visível do esforço de gerações para retirar a natureza do estado selvagem (Blanc: 1997), e que se encontram inscritos numa paisagem de trabalho identificada com a emancipação social, económica e política da população agrícola. Ou seja, a representação agrícola do rural prevalece a uma tradição “naturalista”. Como refere Jollivet (1997), a maior atenção prestada à questão ambiental no rural não significa associar este espaço a uma espécie de santuário inviolável, de reserva de património natural e de património cultural.

A representação do rural enquanto espaço de produção ajuda a explicar o reconhecimento social e político dos agricultores como os únicos “verdadeiros rurais” e justifica a tardia e modesta adesão das políticas francesas à introdução de medidas ambientais na agricultura. A reduzida aplicação do Artigo 19 do Reg. (CEE) 797/85 naquele país é ilustrativa desta atitude política⁵ (Facchini: 1999; Buller: 2000). Por seu lado, o lugar privilegiado dos agricultores nos processos de reconstrução e de difusão

⁵ O Artigo 19 do Reg. (CEE) 797/85, identificado com o embrião das Medidas Agro Ambientais (Reg. 2078/92), contemplava a possibilidade dos Estados Membros poderem conceder ajudas aos agricultores com o objectivo de “contribuir para a introdução ou manutenção de práticas de produção agrícola compatíveis com as exigências de protecção do espaço natural” nas designadas “zonas sensíveis do ponto de vista ambiental”.

das representações colectivas dos espaços rurais traduz-se na reduzida influência de grupos de “cidadãos rurais” na elaboração de projectos de gestão para estes espaços, em claro contraste com o que sucede nas sociedades com uma forte tradição naturalista do rural (Blanc: 1997).

A degradação da qualidade ambiental do espaço rural

Embora nas décadas de 60 e 70 as externalidades ambientais negativas do processo de intensificação e especialização agrícolas fossem já visíveis na degradação da qualidade ambiental de muitas zonas rurais, só na década de 80 a agricultura começa a ser identificada como uma actividade poluidora.

O estatuto de excepção da agricultura no âmbito das políticas, nacionais e comunitárias, de controlo das poluições radica na conjugação de diferentes factores. Para além da importância da função estratégica da actividade agrícola nas economias do norte e na consolidação da UE, há ainda a acrescentar a influência dos grupos sócio profissionais do sector nos processos de decisão das políticas agrícolas, e o alheamento dos grupos ambientalistas relativamente às responsabilidades da agricultura na degradação da qualidade ambiental, que até aí era identificada com as actividades industrial e urbana.

Para além destes factores conjunturais, são igualmente de referir as dificuldades no controlo das poluições de origem agrícola. Estas dificuldades estão relacionadas com a atomização das explorações agrícolas, com o carácter difuso das poluições agrícolas, por oposição às poluições causadas por fontes pontuais identificáveis como, por exemplo, as de origem industrial, e com o desfasamento temporal entre a adopção de certas práticas agrícolas e a visibilidade das suas consequências negativas na qualidade ambiental, como sucede, por exemplo, com a acumulação de nitratos nos solos e nos aquíferos pelo uso excessivo de fertilizantes azotados e explicados pela dinâmica do azoto no solo e na água. Finalmente, os condicionalismos que a especificidade das poluições de origem agrícola colocavam à adopção da legislação ambiental disponível, orientada para a regulação das actividades industrial e urbana, e a necessidade de encontrar novas metodologias de monitorização destas poluições são outros aspectos que contribuíram para o estatuto de excepção da agricultura nas políticas de controlo ambiental.

No início da década de 80 aquele estatuto começa a ser abalado. Por um lado, o maior rigor no controlo ambiental da actividade industrial e a adopção de legislação

que visava a poupança de recursos energéticos não renováveis, elaboradas na sequência das crises energéticas de 1973 e 1979 e que forçaram unidades industriais a um esforço de reestruturação com vista à redução dos custos de produção (Lowe: 1992), contrastavam com a ausência de qualquer tipo de controle ambiental na agricultura. Por outro lado, o acumular de evidências científicas sobre a relação entre o modelo de intensificação agrícola, a degradação da qualidade ambiental e os consequentes riscos para a saúde humana, favoreceu um aumento da pressão dos grupos ambientalistas e da opinião pública para que fossem introduzidas medidas correctoras na aplicação dos fertilizantes inorgânicos e dos produtos fitofarmacêuticos. Foi no quadro destas circunstâncias conjunturais que países do norte da Europa iniciaram o processo de “ambientalização da agricultura” (Moyano & Paniagua: 1998) com a introdução de critérios ambientais de regulação do exercício da actividade agrícola nas respectivas políticas nacionais.

Foram os países onde a ambientalização do meio rural teve maior expressão social e política que primeiro adoptaram estes critérios, como ilustram os casos da Holanda e do Reino Unido acima descritos. A progressiva desvalorização social da função produtiva da agricultura, a reduzida expressão da população activa agrícola, e a consequente menor influência política dos agricultores, e, sobretudo, a influência social e política de grupos não agrários (por exemplo, operadores de turismo, grupos ligados a imobiliárias, grupos de consumidores) na redefinição das relações entre a agricultura e os espaços rurais e na atribuição de novas funções (funções não produtivas) a preencher pela agricultura no ordenamento destes territórios foram factores importantes no início do processo de ambientalização da agricultura nas sociedades do norte da Europa.

A influência social e política de grupos não agrários nos processos de ambientalização do meio rural e da agricultura estão reflectidas no conteúdo dos projectos elaborados naquelas sociedades para incrementar a procura dos espaços rurais. Com efeito, a maioria destes projectos desvaloriza a função produtiva da agricultura e submete o acto produtivo a critérios exteriores a uma visão agrícola do rural. Sempre que esta visão constitui um dos fundamentos da identidade social e profissional dos agricultores, aqueles projectos não favorecem a coesão social entre os agricultores, e os habitantes e utilizadores não agrícolas dos espaços rurais. Comprometida esta coesão, as repercussões sociais da apropriação dos destinos e funções a preencher pelo rural e pela agricultura por parte de grupos não agrários “cidadãos rurais” manifestam-se no lugar subalterno a que são remetidos os

agricultores nas políticas ambientais de gestão dos espaços rurais e da actividade agrícola, e nos conflitos sociais que daí decorrem (Ward: 1996; Whitby: 1996a; Frows: 1997; Lowe *et al.*: 1997; Seymor *et. al.*: 1999). A perda de autoridade política e cultural dos agricultores na gestão dos seus espaços de residência e de trabalho e da actividade que praticam, independentemente do poder que a propriedade da terra lhes confere, remete-os para uma marginalidade nos debates sobre o ambiente onde já começam a ser identificados como "os outros" (Seymor *et. al.*: 1997).

A nível comunitário, as preocupações com a questão ambiental no rural começam a ganhar expressão a partir da segunda metade da década de 80. Para além do documento designado por Livro Verde, da responsabilidade da Comissão e publicado em 1985, que introduz a questão agro ambiental, a vertente estrutural da PAC passa a integrar um regime de ajudas aos agricultores no âmbito do Artigo 19 do Reg. (CEE) 797/85. Através destas ajudas pretendia-se "contribuir para a introdução ou manutenção de práticas de produção agrícola compatíveis com as exigências de protecção do espaço natural" nas designadas "zonas sensíveis do ponto de vista ambiental" (Artigo 19 do Reg. (CEE) 797/85). Mais recentemente são aprovadas as Medidas Agro Ambientais (Reg. 2078/92), uma das "Medidas de Acompanhamento" da reforma de 1992 da PAC e que, ao contrário do Artigo 19, são de aplicação obrigatória. É neste âmbito que este regulamento é identificado com o início da política agro ambiental europeia.

A adopção de critérios ambientais pela PAC (Reg. 2078/92) foi motivada não unicamente por crenças ambientais mas principalmente por um conjunto de factores estruturais, internos e externos, ao sector agrícola e aos espaços rurais. Entre os factores internos sobressai a necessidade de controlo dos excedentes agrícolas da UE e dos encargos orçamentais comunitários com a sua gestão. Dos factores externos é de salientar os acordos do GATT, sobre a liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas, que obrigaram a PAC a introduzir alterações significativas no seu sistema de protecção e que se traduziram numa redução dos preços agrícolas. Neste contexto, as Medidas Agro Ambientais são adoptadas pela PAC não só enquanto instrumento ambiental mas também tendo em vista facilitar o controle dos excedentes agrícolas e contribuir para compensar a quebra no rendimento dos agricultores provocada pela redução nos preços dos produtos agrícolas.

O conteúdo do Reg. 2078/92 é largamente inspirado nas experiências e nas medidas de política adoptadas por países do norte da Europa. Com efeito, reflectindo as preocupações e problemas ambientais que se colocam nestas sociedades os

processos de ambientalização do meio rural e de ambientalização da agricultura estão subjacentes às medidas agro ambientais que integram aquele regulamento. O primeiro processo está contemplado nos objectivos não agrícolas de certas medidas agro ambientais, concretamente as orientadas para a protecção e conservação das características naturais e paisagísticas dos espaços rurais, o segundo nos objectivos de redução substancial do uso de fertilizantes e/ou de pesticidas e de promoção da agricultura biológica (Artigo 2 do Regulamento).

A questão ambiental no rural da Europa do sul

A contrastar com o cenário acima descrito comum à maioria dos países do norte da Europa onde, devido à crescente prioridade atribuída às qualidades ambientais dos espaços rurais, o ambiente se está a tornar o aspecto identificador destes espaços e das distintas tendências económicas e sociais que estão a emergir no rural (Hoggart *et. al.*: 1995: 228; Baldock *et al.*: 2001), nas sociedades do sul, aqui ilustradas com os casos de Portugal, Espanha e Grécia, a questão ambiental no rural coloca-se essencialmente a partir da aprovação do Reg. 2078/92.

Antes de procedermos à análise dos aspectos específicos às sociedades do sul que ajudam a compreender a sua atitude face àquela questão, referimos de forma sucinta alguns aspectos relacionados com a questão ambiental em sentido lato.

O carácter recente da questão ambiental

A não existência de uma tradição cultural de conservação e valorização da natureza e da paisagem ajuda a explicar a reduzida sensibilidade social à questão ambiental nas sociedades do sul. Presentemente esta questão ainda é debatida em círculos socialmente restritos, de origem urbana e com níveis culturais e de instrução geralmente superiores aos da média da população. O carácter recente da questão ambiental manifesta-se também no reduzido número de grupos ambientalistas e nas características deste movimento. Ainda fracamente implantado a nível nacional, este movimento em Espanha, e em Portugal, não representa um lobby organizado mas é, essencialmente uma rede, não uma estrutura social e cultural, constituída por associações dispersas e com reduzido número de aderentes (Garrido & Moyano: 1996: 94).

A influência das acções concretizadas por grupos ambientalistas faz-se sentir sobretudo a nível dos meios de comunicação (La Calle Dominguez & Velasco Arranz: 1997; Beopoulos & Damianakos: 1997). Em Portugal, a influência política destes grupos é reduzida, concentrada nos impactes ambientais negativos de algumas obras públicas, e tem-se reflectido sobretudo no reconsiderar de decisões tomadas pelos poderes públicos em projectos co-financiados pela UE, a fim de assegurarem os fundos comunitários.

A reduzida sensibilidade da opinião pública para a questão ambiental é outro aspecto comum às sociedades do sul. Por exemplo, em Portugal vem-se assistindo recentemente a manifestações concretizadas por populações residentes em aglomerados de reduzida ou média dimensão, em protesto contra a escolha destes locais para o depósito de lixo urbanos e industriais e para a instalação no país das primeiras unidades de incineração de lixo tóxicos. Embora grupos ambientalistas tentem conotar estas manifestações populares com a defesa ambiental, os protestos são originados, sobretudo, pela discordância com os processos de negociação e de decisão dos locais, eleitos pelos poderes públicos, para a construção das referidas obras. Mais do que uma sensibilidade à causa ambiental, estes protestos traduzem “um novo tipo de direitos sobre a terra” (Fiddes: 1997) legitimados, na perspectiva dos manifestantes, pelo lugar de residência.

Nas sociedades do sul, a preocupação com o ambiente foi só recentemente incorporada no debate político e ainda não se constituiu como prioridade política (Garrido & Moyano: 1996: 94). Os Ministérios do Ambiente são de constituição recente (em 1980 na Grécia, 1990 em Portugal e 1993 em Espanha), dispõem de escassos recursos financeiros e as acções que desenvolvem centram-se essencialmente na aplicação de medidas elaboradas no âmbito da política ambiental europeia. Consequentemente, a experiência técnica e administrativa da gestão da questão ambiental é reduzida.

A ainda incipiente procura social do rural

Nas sociedades do sul a procura social urbana do espaço rural é ainda recente, territorialmente localizada e está centrada, sobretudo, nas funções de suporte a um turismo-lazer e a residências secundárias. A função residencial é assegurada por espaços rurais localizados preferencialmente no litoral e nas proximidades de grandes cidades com acessos fáceis e rápidos (La Calle Dominguez & Velasco Arranz: 1997;

Sumpsi: 2000; Beopoulos & Damianakos: 1997). A procura do rural como reserva natural e estética é ainda restrita e maioritariamente circunscrita às áreas dos Parques e Reservas Naturais. Finalmente, os turismos temáticos (por exemplo, enológico, gastronómico, de habitação rural) e os produtos agrícolas "locais" produzidos com métodos tradicionais são ainda pouco diversificados, de oferta reduzida e alguns deles tendem a estar orientados para segmentos urbanos, nacionais e estrangeiros, com elevado poder de compra.

O carácter relativamente recente dos processos de industrialização e urbanização nas sociedades do sul, a forma mais gradual das repercussões económicas e sociais destes processos, comparativamente à Europa do norte, e os sistemas de valores associados ao rural ajudam a compreender a origem do atraso temporal da evolução do "rural agrícola para o rural verde" (Jollivet: 1997a), e a ainda reduzida procura social do rural nestas sociedades. O carácter recente dos dois processos, a que não é totalmente alheia a noção dominante de ruralidade partilhada pelas sociedades do sul e que assenta na exclusividade funcional agrícola dos espaços rurais, é ilustrado pela composição social das suas agriculturas. Em 1992-93, em Portugal, Espanha e Grécia a relação percentual do número de pessoas com emprego na agricultura no total de pessoas com emprego era, respectivamente, 11,5%; 10,1% e 21,8%, enquanto, por exemplo, na Holanda, Reino Unido e França esta relação era, respectivamente, 3,7%; 2,2% e 5,9% (Baptista: 1999: 30).

A ocupação ainda significativa do espaço rural pela agricultura e, sobretudo, o carácter recente da "dissociação entre a agricultura, a sociedade rural e o espaço" (Baptista: 1993: 1996; 1999) inibem a procura social do rural por parte de uma população urbana, constituída na sua maioria por rurais da primeira ou segunda geração. Com efeito, a proximidade de uma proporção significativa desta população com o rural, quer através duma infância rural quer das relações estreitas que mantêm com familiares que exercem a actividade agrícola, ao mesmo tempo que lhe proporciona um conhecimento, ainda que circunscrito ao simbólico, do modo de vida rural e agrícola não lhe permite projectar para estes espaços, quer em termos de relações sociais quer em termos de relações com a natureza, as suas insatisfações, necessidades de compensação, afirmação de um estatuto social ou ainda a concretização de projectos relacionados com um tipo de consumo pouco instrumental.

Os atributos de subdesenvolvimento e atraso que ainda marcam, nas sociedades do sul, as representações sociais dos espaços rurais definindo-os negativamente e por oposição às representações da vida urbana e industrial, estas

identificadas com desenvolvimento económico e progresso, são elementos igualmente inibidores da procura social do rural. Subjacente a esta desvalorização está o apoio ideológico e político do mundo social agrícola e rural aos regimes autoritários que, até à segunda metade deste século, dominaram estas sociedades (La Calle Dominguez & Velasco Arranz: 1997; Mansinho & Schmidt: 1997). Não foi em vão que "quando as sociedades do norte da Europa começavam a aderir a uma ideia do rural orientada para o consumo destes espaços, a Grécia, Portugal e Espanha viviam num isolamento sócio-político resultante dos regimes autoritários que aí vigoravam" (Hoggart *et al.*:1995:103).

Em suma, os fenómenos de relativa massificação da procura social de benefícios ambientais, sociais e recreativos rurais, já amplamente mercantilizados, comuns à maioria das sociedades do norte não são generalizáveis às do sul. Nestas sociedades a procura daqueles benefícios é ainda restrita a segmentos sociais da sua população urbana e foi, em parte, arrastada por uma procura não nacional. Entre os consumidores nacionais dos referidos benefícios é possível distinguir dois tipos de perfil social. Um destes perfis agrega uma população jovem que, sensibilizada com a causa ambiental sobretudo através das acções e ideologia do movimento ambiental internacional, projecta nesta causa uma possibilidade de mudança social. O outro perfil corresponde a segmentos sociais principalmente constituídos por grupos sócio-profissionais com elevados níveis culturais, de instrução e de rendimento. Associados a estes dois perfis sociais estão micro culturas que, pela sua ainda reduzida expressão social, conferem aos que as partilham um traço de "distinção", na acepção de Bourdieu (1979).

As especificidades das agriculturas do sul

Apesar do Reg. 2078/92 (Medidas Agro Ambientais) conceder ampla autonomia aos Estados Membros para elegerem os objectivos e prioridades que considerassem mais relevantes, os Programas Agro Ambientais (PAA) elaborados pelos países do sul são pouco ambiciosos e contornaram grandemente a questão ambiental. Num documento de avaliação da aplicação do regulamento, elaborado pela Comissão em 1997, é evidenciado o reduzido grau de cumprimento daqueles programas por estes países e a reduzida adesão dos agricultores. De acordo com o documento, unicamente 0,5% dos agricultores gregos, 3% dos espanhóis, 25% dos portugueses e 4% dos italianos tinham aderido aos programas agro ambientais nacionais, valores

que contrastam com os registados, por exemplo, na Áustria (67%), na Suécia (56%), na Finlândia (59%) ou na Alemanha (46%) (Comissão Europeia: 1997).

A fraca percepção da opinião pública e política sobre as externalidades ambientais negativas de origem agrícola estão relacionadas com a importância que os sistemas agrícolas extensivos assumem nas agriculturas do sul e ainda com a reduzida expressão da modernização destas agriculturas. A ilustrar o carácter menos intensivo das agriculturas do sul, comparativamente às do norte e centro da UE, referem-se aqui dois indicadores, concretamente o rendimento por unidade de trabalho agrícola, traduzido na relação Margem Bruta Standard (MBS) por Unidade de Trabalho Anual (UTA), e o grau de intensificação da agricultura, expresso na relação entre a MBS e a Superfície Agrícola Utilizada (SAU). Enquanto em Portugal, Espanha e Grécia o valor da relação MBS/UTA, em 1992-93, era 4,0; 10,3 e 7,3; na Holanda, Reino Unido e França era 36,9; 21,3 e 21,6, respectivamente. Por seu lado, a relação MBS/SAU registava, no mesmo período, em Portugal, Espanha e Grécia os valores de 0,6; 0,5 e 1,4, e de 4,1; 0,6 e 0,8 na Holanda, Reino Unido e França respectivamente (Baptista: 1999: 30).

Os importantes défices de competitividade das agriculturas do sul, os baixos rendimentos auferidos pelos agricultores, e as dificuldades sentidas por estes países para integrarem nos respectivos PAA os principais problemas ambientais que lhes são específicos, concretamente o despovoamento, a erosão dos solos agrícolas, os incêndios florestais e a escassez de água, foram factores que pesaram na decisão política de contornar os objectivos especificamente ambientais do Reg. 2078/92. Estes objectivos estão contemplados nas medidas agro ambientais de redução substancial do uso de fertilizantes e/ou de pesticidas e de promoção da agricultura biológica (La Calle Dominguez & Velasco Arranz: 1997; Beopoulos & Damianakos: 1997; Moyano & Garrido: 1998).

Com efeito, os apoios financeiros concedidos aos agricultores ao abrigo das Medidas Agro Ambientais (MAA) foram interpretados, quer pelos poderes públicos quer pelos agricultores, como uma ajuda ao rendimento (Beopoulos & Damianakos: 1997: 214; Moyano & Garrido: 1998: 94), e orientados sobretudo para a melhoria das condições de vida das famílias que ainda vão reproduzindo os sistemas agrícolas tradicionais nas regiões mais afectadas pelo despovoamento e, deste modo, assegurando a sua conservação. Embora a decisão política dos países do sul de submeterem as MAA à problemática agrícola seja equacionada por alguns autores com a fraca expressão do processo de modernização agrícola (Billaud & Pinton: 1999:

63; Moyano & Garrido: 1998), não é de descurar nesta decisão o papel assumido pelos problemas ambientais específicos às agriculturas do sul.

Entre os problemas ambientais específicos às agriculturas do sul sobressaem os fenómenos de erosão dos solos agrícolas e de despovoamento. Estes fenómenos, de seguida ilustrados com alguns exemplos, afectam muitos sistemas agrícolas extensivos, principalmente os silvo pastoris, e acentuam a degradação da qualidade ambiental e dos patrimónios natural e estético dos espaços rurais onde se localizam. Na Grécia, onde a perda anual de solos devido à erosão é estimada em 30 milhões de m³ (Caraveli: 1998: 276), os fenómenos de erosão e despovoamento afectam com particular expressão os sistemas pecuários extensivos localizados, sobretudo, em zonas de montanha e os sistemas de culturas permanentes, em especial, o sistema olival extensivo localizado no sul do país (Beopoulos & Damianakos: 1997). Em Espanha, onde os solos com alto risco e risco intermédio de erosão representavam em 1991, respectivamente, 18% e 26% da superfície territorial do país (Varela-Ortega & Sumpsi: 1998: 208), o fenómeno de despovoamento pode pôr em risco, por exemplo, os sistemas pecuários extensivos da montanha cantábrica dado que as práticas tradicionais deste sistema dependem de uma densidade demográfica superior à que presentemente se regista na região (Osoro: 1997 in Arnalte: 1998). Em Portugal o fenómeno da erosão coloca-se ainda com maior acuidade do que em Espanha. De acordo com um relatório da responsabilidade da Direcção Geral do Ambiente (1995), 30% da superfície territorial do país corresponde a solos com alto risco de erosão e 57% com risco intermédio. Tal como sucede em Espanha, também em Portugal o despovoamento pode fazer perigar sistemas baseados em frágeis equilíbrios ecológicos como, por exemplo, os sistemas "lameiros" e "montado" (Baptista: 1996: 56).

De notar ainda nas agriculturas do sul a existência de problemas ambientais causados quer por uma desadequação da estrutura produtiva das explorações agrícolas ao processo de modernização, quer pelo abandono da actividade agrícola (Garrido & Moyano: 1996: 93). A ilustrar o primeiro tipo de problemas está, por exemplo, o uso de métodos de rega ineficientes do ponto de vista da racionalização da água e o conseqüente gasto excessivos deste recurso. O aumento do risco dos fogos florestais é um exemplo de problemas causados pelo abandono da actividade agrícola.

Muito embora, como já foi referido, nas agriculturas do sul as externalidades ambientais negativas com origem em práticas agrícolas intensivas não apresentem a

extensão nem a gravidade das registadas no norte e centro da UE convém deixar aqui uma nota breve sobre este tipo de externalidades.

A salinização e a sobre-explorações dos aquíferos são exemplos de externalidades ambientais negativas que já se manifestam nas agriculturas do sul, embora ainda territorialmente localizadas. Em Portugal a salinização dos aquíferos é gerada por dois fenómenos: a penetração da cunha salina causada pela sobre exploração de aquíferos litorais, como sucede na faixa litoral do Algarve e Península de Setúbal, e pela infiltração dos excedentes de rega (Campina de Faro e concelho da Lourinhã). Os fenómenos de salinização nas áreas geográficas referidas estão associados a sistemas pecuários e hortícolas intensivos. Em Espanha aquelas externalidades localizam-se, por exemplo, nas planícies da Mancha onde entre 1975 e 1998 foram submetidos ao regadio 100.000 ha; nas áreas ocupadas por morango em Huelva; nas estufas de Almeria; na região de Andaluzia e ainda na região de Valência (Varela-Ortega & Sumpsi: 1998: 207). Na Grécia os problemas de salinização concentram-se em zonas litorais, sobretudo localizadas em duas províncias da Macedónia, parte do Peloponeso e em duas ilhas (Caraveli: 1998: 275).

Outro tipo de externalidades ambientais negativas com origem em práticas agrícolas intensivas são, por exemplo, a poluição de aquíferos por fertilizantes inorgânicos e produtos fitofarmacêuticos e que, tal como os problemas ambientais acima identificados, também se encontram territorialmente localizadas (Rodrigo & Santos: 1998; Varela-Ortega & Sumpsi: 1998; Caraveli: 1998). No caso português aquelas poluições têm sobretudo origem nos sistemas pecuários, hortícolas, nalguns sistemas de culturas permanentes, na cultura do milho e na pecuária sem terra, avicultura e suinicultura (Rodrigo & Santos: 1999).

Conclusão

Ao longo destas páginas procurámos evidenciar a diversidade de projectos sociais e políticos existentes em torno da questão ambiental nos espaços rurais da UE.

Os modelos construídos pelas sociedades do norte da UE para gerir e regular as novas funções ambientais, sociais e recreativas atribuídas ao rural e à agricultura assentam em representações colectivas do rural que são pertença histórica e cultural destas sociedades. Do mesmo modo, os modelos construídos para regular as externalidades ambientais negativas de origem agrícola na qualidade ambiental dos

espaços rurais também reflectem as especificidades das agriculturas do norte da UE. Nestas sociedades a questão agroambiental continua em permanente reelaboração como ilustram os debates em torno da necessidade de introduzir restrições ao acesso a recursos biológicos e estéticos valiosos com vista a salvaguardar a sua conservação, já difícil devido ao excesso de procura, e das vias de regulação deste acesso (a dos mercados ou a dos poderes públicos), ou ainda em torno de questões éticas como as condições de transporte dos animais, a saúde animal ou os métodos tradicionais de caça.

Por seu lado, as propostas comunitárias de introdução de critérios ambientais na gestão dos espaços rurais e no exercício da actividade agrícola são largamente inspiradas na experiência dos países do norte da UE e estão orientadas para ajudar a responder aos problemas que confrontam presentemente estas sociedades.

A situação actual da questão ambiental no rural permite afirmar que os modelos do norte e centro da Europa não se ajustam às realidades sociais do sul. Neste sentido, cabe aos países do sul da UE traçar os seus próprios modelos de ambientalização do meio rural e da agricultura de forma a reflectirem, quer as respectivas heranças culturais e históricas, quer os problemas ambientais que lhes são específicos. Na construção deste modelos apresentam-se duas alternativas. Na primeira, esta construção baseia-se em concepções e discursos naturalistas e ambientalistas do rural que tendem a marginalizar os agricultores e as suas percepções das relações entre agricultura, a natureza e o ambiente. Esta alternativa, embora apoiada por novos actores sociais e grupos de interesse que começam a emergir nas sociedades do sul, sobretudo ligados ao turismo e à construção imobiliária, traduz representações do rural restritas a segmentos da população urbana e tende a reproduzir desigualdades sociais, quer espacial quer estruturalmente. Na segunda alternativa, a construção dos referidos modelos é feita com a participação activa da população agrícola e no reconhecimento dos seus direitos e responsabilidades na manutenção e gestão dos espaços rurais. Esta alternativa, para além de facilitar a coesão social entre agricultores, e habitantes e utilizadores não agrícolas do espaço rural, evita que se operem rupturas nos equilíbrios ainda existentes entre a actividade agrícola, o ambiente e o espaço rural, e que estão baseados no reconhecimento social dos agricultores enquanto sujeitos sociais responsáveis pela manutenção e gestão dos espaços rurais. Em suma, é importante saber não só como se define o conteúdo dos Programas Agro Ambientais e as novas funções a preencher pelo rural e pela agricultura, mas também quais são os grupos sociais que lideram esta definição.

Para além do referido, é de acrescentar uma última nota que se prende com a subordinação da função produtiva da agricultura às funções ambientais, sociais e recreativas que recentemente lhes são atribuídas. Estas novas funções são frequentemente equacionadas, no âmbito do debate em torno do desenvolvimento rural, como uma possibilidade que permite assegurar uma vitalidade económica e social a muitos territórios rurais. Os benefícios atribuídos a àquelas funções merecem dois comentários.

No caso concreto dos países da Europa do sul, as novas funções ambientais, sociais e recreativas atribuídas à agricultura para além de não serem acolhidas favoravelmente por parte significativa dos seus agricultores, dado que tais funções são exteriores à sua identidade profissional ainda alicerçada no acto produtivo agrícola, podem comprometer o desenvolvimento da componente produtiva da agricultura em zonas que ainda possuem recursos, humanos e técnicos, que permitem viabilizá-la. Por outro lado, dado que os estilos e padrões de consumo são socialmente reconstruídos, logo mutáveis, determinado tipo de benefícios ambientais, sociais e recreativos muito associados ou dependentes de formas e padrões de consumo específicos perdem facilmente, e com relativa rapidez, a sua atracção social e económica. Com efeito, à medida que a procura daquele tipo de benefícios aumenta, a sua "autenticidade" é banalizada, e a marca de "distinção" social que o seu consumo proporciona esmorece. Deste modo, a procura social que hoje existe, quer dos benefícios ambientais, sociais e recreativos, como por exemplo os vários tipos de turismo, quer dos locais onde estes benefícios rurais e agrícolas se alicerçaram, na maioria dos casos com recurso aos apoios financeiros e técnicos públicos, não vão manter forçosamente no futuro o actual interesse social e económico.

Bibliografia

Arnalte, Eládio 1998. "La problemática rural en el sur de Europa: líneas de análisis y temas de debate", Comunicação apresentada às Journées d' Etudes. *Les territoires ruraux en Europe: questions de recherche*, Centre d'Etudes et de Recherches Internationales, Paris, 30-31 Octobre, 23 p..

Baldock *et al.* *The nature of rural development: Towards a sustainable integrated rural policy in Europe*, A ten-nation scoping study for WWF and the GB Countryside Agencies, Synthesis report, 52 p..

Baptista, Fernando Oliveira 1993 *Agricultura, espaço e sociedade rural*, Fora do Texto.

- Baptista, Fernando Oliveira 1996 "Declínio de um tempo longo", in: *O Vôo do Arado*, Museu Nacional de Etnologia, pp. 35-75.
- Baptista, Fernando Oliveira 1999 "*Agricultura e capitalismo na Europa do sul*", (em publicação).
- Beopoulos, Nikos & Damianakos, Stathis 1997 "Grece: le cache-cache entre la modernité et la tradition", *Vers un rural postindustriel*, sous la direction de Marcel Jollivet, L'Harmattan, pp. 176-231.
- Billaud Jean-Paul & Pinton, Florence 1999 "De l'institution à l'individu. Esquisse du paysage agri-environnemental dans trois pays européens", *Economie Rurale*, 249, pp. 62-70.
- Blanc, Michel 1997 "La ruralité: diversité des approches", *Economie Rurale*, 242, pp. 5-12.
- Bourdieu, Pierre 1979 *La distinction*, Les Éditions de Minuit.
- Buller, Henry 1997 "La 'countryside' britannique: un espace symbolique", in : *Vers un rural postindustriel*, sous la direction de Marcel Jollivet, L'Harmattan, pp. 127-173.
- Buller, Henry 2000 *Actors, institutions and attitudes to rural development: the French National Report*, Research Report, The Development of Geography, University of Paris, 44 p..
- Caraveli, Helen 1998 "Greece", in: *CAP and the rural environment in transition: a panorama of national perspectives*, Floor Brower & Philip Lowe (eds.), Wageningen Pers, pp. 267-283.
- Comissão Europeia 1997 "Rapport de la Commission au Conseil et au Parlement Européen sur l'application du Règlement (CEE) nº 2978/92, COM (97) 620 final; 4 Décembre 1997.
- Direcção Geral do Ambiente 1995 Relatório de Estudo do Ambiente (1994), Lisboa.
- Facchini, François 1999 "La mise en oeuvre de l' article 19 du règlement CEE 797/85 en France et en Grande-Bretagne", *Économie Rurale*, 252, pp. 3-8.
- Fiddes, Nick 1997 "The march of the Earth dragon: a new radical challenge to traditional land rights in Britain?", in: *Revealing Rural 'Others'*, Paul Milbourne (ed.), Pinter, pp. 37-55.

- Frows, Jaap 1997 "Pays-Bas. L'environnement rural: l'espace contesté", in : *Vers un rural postindustriel*, sous la direction de Marcel Jollivet, L'Harmattan, pp. 233-259.
- Garrido, Fernando & Moyano, Eduardo 1996 "Spain", in: *The European environment and CAP reform. Policies and prospects for conservation*, Martin Whitby (ed.), CAB International, pp. 86-104.
- Hoggart, Keith *et al.* 1995 *Rural Europe. Identity and change*, Arnold.
- Jollivet, Marcel "Des campagnes paysannes au rural 'vert': naissance d'une ruralité postindustrielle", in: *Vers un rural postindustriel*, sous la direction de Marcel Jollivet, L'Harmattan, pp. 77-125.
- Jollivet, Marcel 1997a "Les metamorphoses d'un rural incertain", in: *Vers un rural postindustriel*, sous la direction de Marcel Jollivet, L' Harmattan, pp. 351-371.
- La Calle Dominguez, Juan José & Velasco Arranz, Ana 1997 "Espagne: la ruralité: un concept mort-né?", in : *Vers un rural postindustriel*, sous la direction de Marcel Jollivet, L'Harmattan, pp. 45-75.
- Lowe, Philip "Values and institutions in the history of British nature conservation", in: *Conservation in perspective*, A. Warren & F. B. Goldsmith (eds.), Chichester: John Wiley & Sons, pp. 329-352.
- Lowe, Philip 1992 "Industrial agriculture and environmental regulation: a new agenda for rural sociology", *Sociologia Ruralis*, Vol. 32, 1, pp. 4-10.
- Lowe, Philip *et al.* 1997 *Moralizing the environment*, UCL Press.
- Mansinho, Maria Inês & Schmidt, Luísa 1997 "Portugal: réinventer le rural par l'environnement", in : *Vers un rural postindustriel*, sous la direction de Marcel Jollivet, L'Harmattan, pp. 261-308.
- Moyano, Eduardo & Garrido, Fernando 1998 "Acción colectiva y política agroambiental en la Unión Europea", *Política y Sociedad*, 28, pp. 85-101.
- Moyano, Eduardo & Paniagua, Angel 1998 "Agricultura, espacios rurales y medio ambiente", *Revista Internacional de Sociología*, nº 19-20, pp. 127-152.
- Rodrigo, Isabel & Santos, José Manuel Lima 1999 *Agricultura e ambiente no Ribatejo e Oeste*, Instituto Superior de Agronomia, Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, Lisboa.

- Seymour, Susanne *et.al.* "Environmental 'others' and 'elites': rural pollution and changing power relations in the countryside", in: *Revealing rural 'Others'*, Paul Milbourne (ed.), Pinter, pp. 57-74.
- Seymour, Susanne *et.al.* 1999 "Moralizing nature?: The National Rivers Authority and new moral imperatives for the rural environment", in: *Reshaping the countryside: perceptions and processes of rural change*, walford, N. *et al.* (eds.), CAB International, pp. 39-56.
- Scutt, Rebecca & Bonnett, Alastair "In search of England: popular representations of englishness and the English countryside", *Working Paper nº 22*, Centre for Rural Economy, University of Newcastle Upon Tyne, 33p..
- Sumpsi, José, M. 2000 *Actors, institutions and attitudes to rural development: the Spanish National Report*, The Department of Agricultural Economics, University of Madrid, 48 p..
- Varela-Ortega, Consuelo & Sumpsi, José Maria 1998 "Spain", in: *CAP and the rural environment in transition: a panorama of national perspectives*, Floor Brower & Philip Lowe (eds.), Wageningen Pers, pp. 201-240.
- Ward, Neil 1996 "Pesticides, pollution and sustainability", in: *The rural economy and the British countryside*, Paul Allanson & Martin Whitby (eds.), Earthscan Publications, 40-61.
- Ward, Neil 2000 *Actors, institutions and attitudes to rural development: the UK National Report*, Research Report to the World-Wild Fund for Nature (WWF) and the Statutory Countryside Agencies of Great Britain, 50 p..
- Whitby, Martin 1996 "The prospect for agri-environmental policies within a reformed CAP", in: *The European environment and CAP reform. Policies and prospects for conservation*, Martin Whitby (ed.), CAB International, pp. 227-240.
- Whitby, Martin 1996a "Losers and gainers from rural policies", in: *The rural economy and the British countryside*, Paul Allanson & Martin Whitby (eds.), Earthscan Publications, pp. 167-186.
- Winter, Michael 1996 "The origins of environmental concern"; "Protecting landscapes, habitats and wildlife"; "The greening of agricultural policy", in: *Rural politics. Policies for agriculture, forestry and the environment*, Routledge, pp. 169-256.